

Outro pacto, agora para adaptar as leis

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Presidencialista ou parlamentarista, o País chegará ao final deste ano ou ao começo do próximo com nova Constituição. Boa, má ou sofrível, a Carta de 87 ou de 88 exigirá do Congresso um trabalho até mais árduo do que o atualmente desenvolvido pela Assembléa Nacional Constituinte. Todas as leis complementares e ordinárias precisarão ser passadas a limpo ou, no mínimo, examinadas por deputados e senadores, para ver onde e se colidem com a lei maior. Haverá de se adaptar as estruturas legais do País aos princípios maiores que vierem a ser consagrados na nova Constituição. Vale o mesmo para o Poder Executivo, cujo papel será rever o imenso emaranhado de decretos, portarias e disposições, em igual sentido. Nem se fala do papel das assembléas legislativas, obrigadas a rever as Constituições estaduais e moldá-las de acordo com a federal.

A indagação que começa a ser feita em Brasília é como isso acontecerá em meio à ebulição e ao tumulto político-partidário decorrentes da fatal recomposição de forças e legendas. Ainda mais porque deverão realizar-se, em novembro de 1988, eleições para todas as prefeituras e câmaras de vereadores, evento a exigir desde meses antes a atenção de todos. Nem se fala da hipótese de a Assembléa Nacional Constituinte vir a fixar eleições presidenciais diretas no ano que vem, remota mas de novo começando a entrar na ordem do dia como reação dos parlamentaristas diante do presidente da República, se o presidencialismo permanecer em vigência.

Por tudo isso, uma nova idéia começa a germinar nas principais lideranças parlamentares, já levada ao Executivo e aos principais segmentos da sociedade civil: a trégua. Haveria necessidade de um tempo para que o País pudesse absorver, deglutir e digerir as mudanças feitas e por fazer, sem o perigo de choques, confrontos e elevação da temperatura. Empresários, sindicalistas, militares, funcionários públicos, fazendeiros, posseiros, partidos políticos, Igreja e associações de classe precisariam sentar-se à mesa para evitar o caos. Ganhar tempo através de singular imitação do Pacto de Moncloa, pois feito às avessas e a posteriori. Na Espanha, o rei conseguiu celebrar um entendimento para que a nação tivesse condições de preparar sua Constituição e definir seus rumos para o futuro. Aqui, não tendo podido acontecer um acordo prévio, imagina-se concretizá-lo após a nova Carta.

Pode ser que dê certo, pode ser

que não. O título de sustentação da empreitada é o Palácio do Planalto. Só o presidente José Sarney, se continuar presidente, conseguirá obter essa trégua. Difícilmente um primeiro-ministro poderia, já que chegaria à chefia do governo limitado por compromissos meramente partidários, responsáveis por sua indicação. A preservação do presidencialismo, assim, aparece como penhor do Pacto de Brasília, ou que outro nome se lhe dê. Haveria condições, até psicológicas para que Sarney obtivesse êxito, amanhã, no que fracassou ontem, já que não conseguiu realizar pacto algum até agora, mesmo tendo tentado.

Fala-se que fora disso será o caos porque, sem uma pausa para reajustamento de dispositivo, nada funcionará. Os parlamentares não conseguirão adaptar a imensa gama de leis aos novos princípios constitucionais; os partidos políticos, se empenhados em remanejamentos e fractionamentos, só contribuirão para duplicar a perplexidade de patrões e empregados, sem um acordo, ajudarão a acirrar o já acirrado processo econômico-social. E assim por diante.

Mesmo diante de algumas, ou de muitas, incógnitas referentes ao texto da nova Constituição, é o day after que preocupa, por razão muito simples: sem a trégua, a primeira última será a Carta a ser promulgada dentro de quatro ou cinco meses. Ela acabará inaplicada por impossibilidade de atingir a lei complementar e ordinária. Desmoralizar-se-á. Desmoralizada, inviabilizará o funcionamento das instituições.

É sobre isso que se começa a conversar na direção do PMDB e do PFL, com o estímulo do presidente da República. Seria uma espécie de prolongamento, mesmo artificial, da vida da Aliança Democrática, ainda que ela não possa resumir nem conter a idéia do pacto em seus limites. Este transcenderá da Aliança Democrática, mas, sem a Aliança Democrática, estará inviabilizado.

No Brasil tem sido perigoso planejar para a próxima semana, quanto mais para um período tão misterioso e fluido como parece que será aquele imediatamente posterior à promulgação da nova Constituição. Mesmo assim, outra saída não há. Projetos os mais justos e lógicos, como a divisão ideológica dos partidos, a conquista de melhor situação pelos assalariados e de maior estabilidade pelos empresários, entre outros, precisarão ficar algum tempo na geladeira, até em propéito deles mesmos. Sendo, vale repetir o velho conselho: haverá de se comprar guarda-chuvas e galochas, pois a tempestade estará à vista.

C.C.